

## TRABALHO E SOCIEDADE: UM ESTUDO SOBRE A COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE ENTRE 1972 E 1986

Lucio José Dutra Lord<sup>1</sup>

Adriano Dias<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo discute as relações entre o mundo do trabalho e a formação da sociedade na Amazônia Mato-grossense durante o processo de colonização entre os anos de 1972 e 1986. Além de compreender o tema, o estudo visa contribuir com as discussões recentes da Sociologia e das Ciências Humanas para a análise das dinâmicas sociais em regiões periféricas aos grandes centros globais. A metodologia do estudo para a elaboração deste artigo constou da busca por publicações no formato de teses, dissertações e artigos oriundos de pesquisas documentais ou pesquisas de campo sobre a colonização da região, com preferência por aquelas cujos dados fossem primários e coletados por entrevistas, observações e registro de imagens. No conjunto dos estudos selecionados verificou-se que as relações sociais nas diversas esferas da vida estiveram associadas ao trabalho, em especial a educação, cultura e religião. O artigo conclui com entendimentos sobre o modo pelo qual o trabalho influenciou na configuração da sociedade, mas também argumenta que a singularidade da região de periferia global demanda por teorias sociais próprias e assim destaca a relevância de uma Sociologia Latino-americana.

**Palavras-chave:** teoria social, trabalho, sociedade, educação, Amazônia.

## WORK AND SOCIETY: A STUDY ON COLONIZATION IN THE MATO GROSSO AMAZON BETWEEN 1972 AND 1986

**Abstract:** This article discusses the relations between the world of work and the formation of society in the Mato Grosso Amazon during the colonization process between 1972 and 1986. In addition to understanding the theme, the study aims to contribute to the recent discussions of Sociology and Human Sciences for the analysis of social dynamics in regions peripheral to major global centers. The methodology of the study for the elaboration of this article consisted of the search for publications in the format of theses, dissertations and articles from documentary research or field research on the colonization of the region, with preference for those whose data were primary and collected by interviews, observations and image recording. In the set of selected studies, it was found that social relations in the various spheres of life were associated with work, especially education, culture and religion. The article concludes with understandings about the way in which the work influenced the configuration of society, but also argues that the singularity of the global periphery region demands its own social theories and thus highlights the relevance of a Latin American Sociology.

**Keywords:** social theory, work, society, education, Amazon.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais e Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais de Sinop (UNIC), Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa – Portugal. Professor adjunto na Universidade do Estado de Mato Grosso, no Programa de Mestrado Acadêmico em Letras e do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva. E-mail para contato: lucio.lord@unemat.br

<sup>2</sup> Professor na Universidade do Estado de Mato Grosso. Mestrando do Programa de Mestrado em Letras. E-mail para contato: adriano.dias@unemat.br

## Introdução

Os modos como os sujeitos interagem e as dinâmicas que produzem nos espaços coletivos são temas fundadores nos estudos das Ciências Humanas e entorno deles as teorias da Educação, da Sociologia e da Antropologia, bem como de outras áreas aplicadas como o Direito, se encontram e estabelecem trocas visando compreender a sociedade, como essa se configura e se transforma. Dessas ciências é possível selecionar grande volume de estudos, análises, teorias e conceitos que auxiliam na compreensão de como as relações estabelecidas entre os sujeitos, em determinados contextos e a partir de quais experiências, repercutem na configuração que a sociedade assume. O triângulo<sup>3</sup> simplificado que se pode extrair dessas teorias é composto pela identidade, pelo contexto social vivenciado e pelas interações a partir da posição do sujeito.

Entre os estudos que buscam compreender como e de que modo a sociedade se compõe, se configura e se transforma, há um tema comum e recorrente incorporado pelo conjunto das teorias sociais – trata-se do papel que o trabalho exerce na sociedade humana. A ideia é a de que a sociedade se organiza a partir das relações que os sujeitos estabelecem pelo trabalho que exercem (GIDDENS, 2004). Nesta perspectiva as demais esferas sociais, como a educação e a cultura, são constantemente influenciadas pelas relações sociais do trabalho.

Este artigo trata da formação da sociedade na Amazônia Mato-grossense resultante do processo de colonização entre os anos de 1972 e 1986, e busca aplicar as análises sociológicas ao caso em tela visando contribuir modestamente com os conhecimentos das Ciências Humanas sobre as relações entre trabalho e sociedade. O artigo percebe que o processo recente de ocupação da região permite que pesquisas com coleta de dados primários sejam realizadas com os sujeitos que vivenciaram a abertura da mata e atuaram na criação de cidades, o que fornece base empírica relevante para diálogos com os conhecimentos e teorias existentes sobre as configurações da sociedade. Seguindo as perspectivas da teoria social, três aspectos

---

<sup>3</sup> A noção de triângulo foi tomada e adaptada a partir de Lévi-Strauss (2003). O tema da triangulação perpassa a obra desse antropólogo e tem sido retomado como suporte metodológico aos em Ciências Sociais.

foram selecionados para as reflexões neste artigo: a identificação de grupos sociais a partir das identidades dos sujeitos; o contexto nacional e regional de migração dos grupos; e a posição que passam a ocupar a partir das relações de trabalho no processo de colonização.

### **Metodologia deste estudo**

A metodologia do estudo para a elaboração deste artigo constou da busca por publicações no formato de teses, dissertações e artigos oriundos de pesquisas documentais ou pesquisa de campo sobre a colonização da região, com preferência por aquelas cujos dados fossem primários e coletados por entrevistas, observações e registro de imagens. As informações, dados e conclusões dessas publicações foram organizadas de modo que permitissem análises a partir dos fundamentos teóricos adotados pelo artigo. Assim, também compôs a metodologia uma revisão teórica de estudos clássicos com o cuidado de adotar aquelas análises que permanecem aceitas na Sociologia atual<sup>4</sup>. Já no que se refere ao período demarcado para a pesquisa, o ano de 1972 faz referência ao início do processo de colonização da região, enquanto 1986 se refere às mudanças que encerram a colonização pela estabilidade político-econômica das cidades da Amazônia Mato-grossense e então o ingresso da região naquilo que Costa (2005, p.111) chamou de “novos padrões tecnológicos e competitivos”.

### **Uma base teórica para o estudo da sociedade**

No conjunto da teoria social é possível identificar o uso constante da noção de mundo do trabalho, justamente como referência às influências que o trabalho tem sobre o modo de organização da vida em coletividade, da identidade, das condições de vida e da posição a partir da qual o mundo é experienciado pelos sujeitos. Mas ainda persistem questionamentos relevantes sobre como o mundo do trabalho

---

<sup>4</sup> O presente estudo não precisou ser apreciado por comitê de ética em pesquisa por conta da metodologia adotada e por não tratar de temas sensíveis, nos termos do Art. 1º, Inciso VI da Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016 (disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>).

constitui as sociedades locais em contextos periféricos globais, em economias dependentes e nas regiões de recente colonização, como é o caso aqui analisado onde fronteiras agrícolas seguem em expansão. Santos (2002) mostrou que tais contextos envolvem movimentações populacionais e atividades laborais que se diferenciam daquelas analisadas pela teoria social nos países de capitalismo avançado. Disso, infere-se que a compreensão das relações entre o mundo do trabalho e as demais esferas sociais, como a cultura e educação, demanda por estudos específicos nas periferias globais, como defende Dutra (2021).

No caso deste artigo, a análise exige considerar que a colonização da Amazônia ocorreu em uma sociedade de industrialização tardia, cujo contexto da década de 1970 foi marcado pelas alterações nas condições do trabalho, migrações e êxodos rural, falta de direitos e isolamento do país em relação aos avanços que no ocidente ocorriam de expansão do Estado Democrático de Direito. E por estarem relacionadas com as demais esferas sociais é que as mudanças nas condições de trabalho constituem um aspecto relevante ao presente estudo, fazendo-se necessária reflexão do tema.

Como ensina Giddens (2004), o trabalho condiciona a situação de vida dos grupos sociais, o modo de pensar, de compreender a si mesmo e a sociedade. No conjunto dos espaços de socialização da vida, são as atividades de trabalho que compõem a principal esfera na qual os sujeitos aprendem valores, papéis sociais e modos de compreender o mundo, de estabelecer interações com o outro e bases para constituir sua identidade. Desde as reflexões fundantes da Sociologia com Durkheim há mais de um século, já era dada atenção para o peso que a esfera do trabalho exercia sobre os sujeitos (DURKHEIM, 1999). As análises percebiam que era no ambiente de trabalho, a partir das experiências com o corpo, com as máquinas, com os outros e com o modo de organização das atividades produtivas industriais que o trabalhador orientava suas ações. Esta orientação se relaciona com a identidade e então organiza sua relação com o mundo. A identidade resultante do mundo do trabalho diz quem é o sujeito, fala do seu lugar na sociedade e da percepção sobre os outros (TOURAINÉ, 1989).

Ao discutir a identidade, a teoria social percebeu que existem inter-relações desta também com a cultura da sociedade ou do grupo social. Cultura e identidade se

compõem, orientando os sujeitos. Por isso nos estudos sobre o trabalho há especial atenção dedicada para a cultura operária. Em parte influenciados pela teoria da ação política, estes estudos percebem que as ações dos sujeitos nas relações de trabalho são orientadas pelas experiências que o próprio mundo do trabalho lhes oferece. Mais ainda, como mostraram Leite Lopes (1976) e Eckert (2012), o mundo do trabalho não constitui uma experiência somente individual do sujeito, e sim oferece experiências coletivas com capacidade de orientar o grupo social.

No mesmo sentido Durham (2004) afirma que quando os sujeitos de uma coletividade têm as mesmas experiências cotidianas, acabam por compartilhar as mesmas concepções de mundo. Deste modo, seria a partir das experiências coletivas que se constituiria a representação sobre a realidade, a forma de interpretar os contextos e de decidir por determinadas ações e realizar escolhas diante das possibilidades que se apresentam na cena social. A síntese dessas teorias permite elaborar um instrumental teórico metodológico para analisar as relações entre trabalho e configuração da sociedade, o que ser a melhor contribuição deste artigo aos estudos que seguirem investigando a região amazônica e suas dinâmicas sociais.

### **Do trabalho à colonização da Amazônia Mato-grossense**

Para compreender as relações de trabalho na Amazônia Mato-grossense é necessário tomar o contexto e os sujeitos como categorias que se relacionam e que são interdependentes (SOUZA, 1984). O referencial teórico indica que são pontos para a análise a origem dos grupos populacionais que chegam ao local no período e as experiências de trabalho que ali tiveram entre os anos de 1972 e 1986. Assim as trajetórias de vida percorridas pelos sujeitos em tempos anteriores ao da colonização, acrescidas pelas novas experiências das relações de trabalho na Amazônia Mato-grossense, compõem material rico para a reflexão proposta neste artigo.

O passo inicial do argumento teórico é considerar que a partir dos históricos dos sujeitos se faz possível identificar grupos sociais que ingressam no processo da colonização. Os grupos sociais foram compostos por sujeitos envolvidos no projeto nacional do governo federal. A colonização foi idealizada e planejada pelo governo militar, mas sua viabilização se deu pelos investimentos do capital privado de grupos

imobiliários que visavam ganhos econômicos. O governo militar executou no ano de 1970 a proposta que Getúlio Vargas havia colocado em 1930 – o povoamento da Amazônia. Assim o projeto acumulava décadas de políticas governamentais e sua execução envolvia interesses relacionados às políticas de governos voltadas a solucionar seus respectivos problemas. Havia no início da década de 1970 ao menos três problemas a serem resolvidos pelo projeto de colonização da Amazônia Mato-grossense: a ocupação destas terras; o lucro para as empresas imobiliárias que cresciam e; o deslocamento populacional campesino para outro lugar que não fossem os espaços urbanos dos grandes centros do país (GUIMARÃES NETO, 2021 e CUNHA, 2006).

Este último problema foi, para a análise deste artigo, o mais decisivo pois se tratava da questão política gerada pela migração populacional da zona rural para o perímetro urbano dos grandes centros nas regiões sul e sudeste. Neste sentido aponta Vita (1989) para o fato de que as periferias dos grandes centros urbanos naquele período mostravam-se problemáticas para o controle repressivo do Estado e colocavam em questão a política do governo militar. A crise econômica de recessão global era sentida na vida do campesinato, impulsionado para os grandes centros para servir de mão-de-obra na industrialização tardia dependente brasileira e na construção civil dos empreendimentos habitacionais e estatais.

A situação vivida pelo campesinato ajuda a compreender quais eram as características e as motivações dos grupos sociais que na década de 1970 e 1980 migraram para os núcleos de colonização e cidades do norte do Estado do Mato Grosso. Naquele contexto, como mostrou o estudo da Sunkel (2000), a população campesina brasileira enfrentava situações de miséria e de abandono pelo Estado já se passavam décadas. A situação de precarização da vida campesina fez parte da estratégia do Governo Federal de garantir mão-de-obra a baixo custo para a industrialização nacional. Era preciso, em função do ingresso tardio do Brasil na industrialização, que o custo de produção fosse mínimo, o que permitiu a capitalização do empresariado mediante acumulação elevada, em oposição à remuneração salarial do operariado.

Ocorreu que o processo de êxodo rural, impulsionado pelo Estado na década de 1950 e 1960 para garantir a oferta de mão-de-obra à indústria nos centros urbanos,



mostrou-se demasiadamente incontrolável na década de 1970. Era justamente esta população que trazia à tona a problemática da moradia, dos serviços de água, energia, educação, saúde etc. quando compunham as periferias dos grandes centros urbanos do país. Este problema ganhou dimensão maior ainda quando da expansão da nova classe média nacional, para quem eram criados condomínios edifícios sobre as áreas ocupadas pelos retirantes. Boschi (1986) mostra que a demanda por novos bairros regularizados e edificadas nas proximidades do centro das capitais na década de 1970 repercutiu na expulsão da população favelada para regiões distantes. Também neste sentido, Fedozzi (2000) afirma que a remoção de modo violento das famílias das periferias, próximas aos bairros tradicionais e envio para novos bairros populares criados pelo poder público distantes do perímetro urbano, gerou a organização política destas entre as décadas de 1960 e 1980.

Então, foi neste contexto que o projeto de colonização da Amazônia Mato-grossense surgiu como alternativa política ao governo militar. Uma vez que frear o êxodo rural se mostrava difícil e necessitava de grande investimento público para alteração da situação da vida no campo, a alternativa escolhida pelo governo foi o deslocamento populacional para uma região longínqua do país, um lugar fora da cena política nacional efervescente.

Então definido o grupo populacional campesino a ser envolvido no projeto de colonização, o governo federal contou com o marketing das empresas para atrair as famílias de regiões específicas, como mostrou Guimarães Neto (2021). O projeto de colonização resultou do acordo entre governo militar e grupos empresários no ramo imobiliário. Exemplo disto foi a parceria que permitiu a grupos imobiliários do Estado do Paraná adquirirem área da chamada Gleba Celeste e iniciarem a implantação dos núcleos de colonização a partir de 1972 em uma região distante 500 km ao norte da capital Cuiabá, onde hoje estão situados os municípios de Sinop, Vera, Santa Carmem e Itaúba. Naquele período foi o exército brasileiro quem realizou a abertura da Floresta Amazônica abrindo o trecho da Rodovia BR 163 no sentido de Cuiabá-MT para Santarém-PA. Ao longo dessa rodovia vários projetos de colônias foram implantados na década de 1970.

Inicialmente os projetos de núcleo de colonização previam a abertura da mata para a criação de poucos bairros habitacionais. Os terrenos nestas áreas eram

vendidos após o desmatamento. Mas as empresas imobiliárias colonizadoras haviam adquirido grandes extensões, motivo pelo qual podiam comercializar milhares de hectares de terras de Floresta Amazônica (PASUCH, 2000).

Nos anos iniciais dos núcleos de colonização dois principais grupos ingressaram na região: o primeiro constituído por homens sem famílias e que formavam a mão-de-obra para a abertura das áreas de mata, e o segundo por famílias que adquiriam terrenos e terras visando se fixar no local (SOUZA, 2008). O primeiro grupo era composto de retirantes, resultado do fluxo populacional masculino do êxodo rural com grande presença de nordestinos, como mostrou Guimarães Neto (2021) e Lord (2015). Eles foram empregados no trabalho inicial de construção dos núcleos populacionais, contudo não havia no projeto inicial a intenção de manter este grupo nos núcleos de colonização destinados a tornarem-se municípios. Os projetos iniciais da colonização não destinavam área à doação ou venda subsidiada para este grupo, e o modo de emprego da mão-de-obra forçava-os a seguir para as próximas áreas do desmatamento que ao longo do traçado da BR 163 estavam sendo realizadas em direção ao estado do Pará. Anos depois, ainda no final da década de 1970, os homens deste grupo seriam empregados como mão-de-obra nas áreas de garimpo do Mato Grosso e Pará (GARCIA e BONFIM, 2022).

Diferente foi o caso do grupo composto por famílias e que adquiriu terras e terrenos nas colônias. Apesar das famílias não se originarem em estratos mais elevados da sociedade brasileira, e de também comporem o processo de êxodo rural, eram grandes as diferenças em relação ao primeiro grupo. A diferença iniciava pelo modo como o grupo composto por famílias era contatado pelas empresas imobiliárias colonizadoras, uma vez que os representantes comerciais das empresas, através de seus escritórios na região sul, visitavam famílias rurais com pequenas ou médias posses oferecendo terras supostamente produtivas, com climas que deveriam ser propícios às culturas da região sul e sudeste, como no caso do café (ROHDEN, 2015). No cenário sulista do período as crises econômicas da pequena agricultura eram crescentes pelas secas, geadas e pela limitação de implantar as mecanizações e modernização do agronegócio crescente desde a década de 1960. Guimarães Neto (2021) afirma que naquele contexto o comércio das terras nos núcleos de colonização baseava-se na promessa de um novo “El dorado”. Fazendas modelo eram instaladas



nas colônias apresentando, de modo enganoso, plantas que já adultas eram transportadas de avião e identificadas como resultado do plantio no local. Para estas fazendas modelo eram levadas as visitas dos possíveis compradores de terras, o que se dava pelo formato de excursões financiadas pelas empresas imobiliárias colonizadoras e escritórios de representação situados na região sul do país. Como os valores eram atrativos e as propagandas direcionadas, famílias sobretudo da região sul vendiam suas pequenas e médias posses e migravam para o norte do Mato Grosso. Na Floresta Amazônica as terras eram vendidas ainda no mapa do traçado urbano das empresas imobiliárias colonizadoras ou nas cartas do exército.

Considerado o histórico dos dois grupos sociais acima elencados, a forma de ingresso na região e o modo como foram acolhidos no projeto da colonização, então é possível identificar a primeira diferenciação social nas colônias. Então se a experiência de deslocamento para as áreas da colonização foi comum aos dois grupos, ocorreu que os papéis de cada um na formação daquela nova sociedade se diferenciaram como resultado dos meios pelos quais foram envolvidos no processo. Para o presente artigo este é um ponto central de análise, sobretudo porque marcou também as décadas posteriores da colonização, como será retomado adiante.

### **As cidades e o trabalho**

Na década de 1970 os núcleos de colonização na Amazônia Mato-grossense não possuíam projetos de emprego e geração de renda viáveis. Houve, durante muitos anos, o esforço do governo federal em manter a população nos núcleos, o que realizava mediante a distribuição controlada de alimentos básicos não perecíveis: arroz, feijão, farinha de trigo. A logística de distribuição contava com os aviões do exército e a armazenagem em centrais de distribuição (PASUCH, 2000).

A falta de emprego estável e geração de renda fez com que alguns dos núcleos de colonização fracassassem nos primeiros anos, ainda na década de 1970. Para fixar a população foi implantada uma usina de produção de álcool a partir da raiz de mandioca, dentro do Programa Proálcool do governo federal que visava substituir parte do consumo da gasolina inflacionada pelo aumento do preço do petróleo no contexto internacional. Mas o projeto fracassou. Os motivos foram o alto custo da

produção da usina, a baixa remuneração das famílias que atuavam no plantio e a falta de conhecimentos e de tecnologia.

Dentro do projeto de colonização da Amazônia pairava a insegurança tanto para as empresas colonizadoras como para as famílias que se estabeleciam. O sucesso do projeto dependia de fixar as famílias, e isto estava relacionado com a viabilidade econômica da região. Diante da disponibilidade de madeira nativa, do incentivo à abertura de terras e da demanda por madeira nos grandes centros urbanos, no final da década de 1970 a região recebeu empresas madeireiras vindas da região sul. Contribuiu para este deslocamento das madeireiras a fiscalização que se intensificava nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, bem como a escassez da madeira no sul e sudeste. Então ainda na década de 1970 a cidade de Sinop já se tornou pólo madeireiro na entrada da região da Amazônia Mato-grossense. Contudo, a capacidade de escoamento, e assim de lucro, seguiu com limitações até que se concluísse a pavimentação asfáltica dos 500 km que ligavam com a capital Cuiabá no ano de 1984. A partir daquele ano Sinop e o norte do Estado do Mato Grosso, áreas que compõem a Amazônia Mato-grossense, ingressaram fortemente no mercado nacional de madeiras. Até a década de 1990 existiram mais de 2.000 madeireiras atuando somente no município de Sinop – e outras centenas nas demais cidades da região – fornecendo madeiras para o sul e sudeste do país, e para exportação.

A extração e comércio de madeiras nativas no norte do Estado do Mato Grosso alterou significativamente a realidade dos núcleos de colonização – já emancipados como municípios no final da década de 1970. As empresas madeireiras chegadas da região sul já levavam consigo os profissionais com maior escolaridade e conhecimentos técnicos necessários às atividades. Por vezes, elas deslocavam toda a mão-de-obra que necessitavam, bem como as famílias dos seus funcionários porque o crescimento da extração, preparo e comércio da madeira ultrapassada a disponibilidade de trabalhadores já fixados na região. O negócio da madeira permitiu o enriquecimento de algumas famílias, criou a oferta de serviços para o setor, introduziu a edificação em alvenaria, aumentou a população e tornou a região centro atrativo para a mão-de-obra no espaço temporal de uma década desde o início da colonização. Diante da demanda por moradia, novos bairros foram criados nos

municípios, sistema de energia elétrica instalado, novas estradas pavimentadas, escolas e órgãos públicos criados. E aquelas famílias que haviam comprado terras ainda na década de 1970 tiveram nos anos de 1980 a possibilidade de vender para as madeireiras a mata sobre suas propriedades, ou criaram suas próprias madeireiras – o que consolidou a atividade como principal fonte de economia e de emprego na região. Enquanto a exploração da madeira se ampliava, os perímetros urbanos das cidades também se expandiam ofertando serviços e comércio, e empregando parte da população. O poder público também ampliou seus serviços e o quadro de funcionários, respondendo demandas sociais em educação, saúde e segurança. Neste cenário outras demandas emergiram, como por educação superior que levou à implantação da Universidade Estadual e Universidade Federal, e por controle das relações de trabalho que repercutiu na instalação da Justiça do Trabalho. Em meados da década de 1980 o poder de controlar o projeto da colonização se desloca das empresas colonizadoras para os governos municipais, inaugurando um cenário diverso daquele dos anos de 1970.

Sobre o modo como se davam as relações de trabalho, emprego, renda e seguridade social há contradições entre os estudos. Existe um número maior de estudos que se filiam ao que defende Oliveira (1997), de que os traços das relações de trabalho eram a violência e o não cumprimento dos direitos humanos. Outra perspectiva diferente defende que na atividade madeireira de extração, corte e comércio da madeira nativa em regra se adotava o contrato de trabalho registrado e submetido ao controle do Estado (LORD, 2015). Face essas duas perspectivas, é salutar considerar que adotar uma ou outra implica em observar ou recortar aspectos pontuais e que, somente em parte, descrevem a realidade complexa do período.

No presente artigo o exercício é escapar das duas perspectivas. Isto porque se de fato a violência não foi uma regra entre os grupos sociais da colonização, então tal afirmação constitui uma postura que acaba por peiorar as histórias de vida daqueles sujeitos envolvidos no processo. Contudo, é igualmente importante considerar que alguns aspectos do período tornavam relativo o atendimento aos direitos trabalhistas, sociais e humanos. Exemplo disso é que as relações de emprego eram mais pessoais do que legais, dada as situações laborais e a proximidade das famílias de empresários e trabalhadores. Churrascos, pescarias, sistema de vila operária, relações de

apadrinhamento e parentesco aproximavam empresários e trabalhadores, como mostrou Lord (2015). Em função da falta de serviços públicos e da precariedade daqueles que eram ofertados, pela falta de serviços de comércio diferenciados e indisponibilidade de produtos diversificados, ocorria que as características alimentares, de saúde e educação eram semelhantes entre as famílias de empresários madeireiros e seus empregados. Gerava-se, deste modo, uma solidariedade pelas condições de vida nos termos que coloca Durhan (1986). Também o tipo de trabalho, sobretudo o de extração da madeira nativa que ocorria a cada ano mais distante do perímetro urbano dos municípios, tornava necessária a longa jornada de trabalho, com pouco ou nenhum intervalo de descanso durante o dia. Em muitos casos a extração da madeira exigia a permanência dos empresários e trabalhadores juntos na mata por diversos dias, instalados em acampamentos improvisados sem dormitórios adequados, alimentação suficiente ou água tratada.

Estas características da atividade do trabalho e suas relações sociais fizeram com que parte dos dispositivos da legislação trabalhista não fosse aplicada – e este é um aspecto central porque o trabalho define as condições de vida e a cultura. Assim o operário, principal ator sobre quem recaía o peso desta atividade econômica, passava a relativizar a exigência de alguns direitos em face do contexto social e natural em que vivia. Nesta perspectiva, defendeu Lord (2015) que as noções de justiça social se constituíram na região juntamente com a relativização das noções de direito do trabalho. Auxiliaram para isto tanto as relações pessoais e familiares entre os sujeitos (escola, igreja, trabalho), como também a ausência de instituições estatais que deveriam aplicar o direito do trabalho ao longo das primeiras duas décadas da criação das cidades.

## **Resultados e discussões sobre o trabalho e a sociedade na Amazônia Matogrossense**

Durkheim (1999) defendeu que a sociedade se organiza a partir da divisão do trabalho, o que definiria o modo como grupos sociais se comportam com a coletividade e a partir de onde eles experienciam o mundo. Tal perspectiva teórica resultou dos estudos que o pensador francês desenvolveu sobre a sociedade industrial e agrária,

levando a uma teoria social bastante difundida e aceita. Outras contribuições mais críticas, especialmente de vertente marxista, que também investigaram as relações entre trabalho e sociedade, não descreditaram a perspectiva durkheimiana, o que indica a relevância da sua proposta interpretativa como escreveu Vares (2016). Então o trabalho é reconhecido como fator que influencia profundamente os formatos da sociedade<sup>5</sup>. Retomado este ponto teórico fundador, cabe então um olhar atencioso sobre as relações de trabalho na Amazônia Mato-grossense entre os anos de 1972 e 1986 para que se possa elaborar argumentos sobre a formação daquela sociedade em diálogo com os conhecimentos das Ciências Humanas.

Seguindo a proposta deste artigo, as relações de trabalho estabelecidas na região derivam das características dos grupos populacionais que chegaram ao local e das experiências de trabalho que ali tiveram. Neste sentido, o primeiro aspecto a considerar é que inicialmente dois grupos sociais compuseram os primeiros anos da colonização. As publicações sobre a colonização da região descrevem um primeiro grupo composto por aqueles trabalhadores que abriram as áreas destinadas ao perímetro urbano das cidades. Sua composição majoritariamente masculina e sem familiares marcou os primeiros anos da década de 1970, recrutados para os trabalhos iniciais na região. Guimarães Neto (2021) fez referência ao modo como as atividades do trabalho foram sendo organizadas em contextos de presença quase que exclusivamente masculina, produzindo entre os homens trabalhadores dinâmicas de interação e socialização de histórias e memórias. O dia de trabalho era marcado por dois tempos: um de atividades intensas corporais na abertura das matas, traçados de ruas, estradas e construção das primeiras arquiteturas ainda em madeira; e o segundo tempo que era das memórias e se dava durante as refeições noturnas, com as rodas de conversas nas quais os participantes narravam seus amores do passado, suas memórias de outros lugares e outras experiências de vida. Na composição deste grupo havia grande número de homens nordestinos, levados pela promessa de

---

<sup>5</sup> Nos parece salutar registrar as discussões do final da década de 1980 acerca do fim da centralidade do trabalho na configuração da sociedade. A discussão da época pode ser identificada em Offe (1989). Contudo, nas primeiras décadas deste século XXI a questão do trabalho e das condições de trabalho voltou à agenda de pesquisa das Ciências Sociais e ocupa também as outras ciências. Então quase um século e meio depois de Karl Marx, e um século após Émile Durkheim, o trabalho e suas relações sociais continuam sendo temas centrais nos estudos sobre a sociedade.

trabalho e dinheiro que, de fato, nunca se concretizou. Contudo, a propaganda político-ideológica para fixar famílias nos núcleos de povoamento do processo de colonização acabaria por silenciar a participação deste grupo na história oficial das décadas seguintes, como mostraram os estudos de Castro (1994), Souza (2008) e Lord (2015).

De maneira diferente do primeiro, existiu um segundo grupo social descrito pelos estudos e referenciados pela participação dos anos iniciais da colonização, sendo este registrado na história oficial e as trajetórias de alguns dos seus personagens compuseram as narrativas sobre o pioneirismo dos sulistas no progresso da região. Em síntese, essas narrativas são criticadas pelos estudos do meio acadêmico<sup>6</sup>. Mas os mesmos estudos percebem que essas narrativas se consolidaram no imaginário coletivo e nos espaços públicos, em nomes de escolas, ruas, praças, conteúdos escolares e temas de festas regionais. Este grupo social foi composto pelas frentes oficiais da migração e sua principal distinção em relação ao primeiro grupo é a composição que se dava pelo perfil de famílias (pai, mãe e filhos) colonizadoras. Esta composição produzia modos de socialização diferenciados em relação ao primeiro grupo e colocava como espaço de encontro não as rodas noturnas, mas sim a igreja e a escola como mostraram Tomé e Rohden (2017) e Lord (2011).

Considerar os espaços públicos da igreja e da escola como centro da socialização dos indivíduos não leva a desconsiderar o mundo do trabalho, mas sim a questionar como eles se inter-relacionam com o trabalho. E neste caso a adoção da teoria social de Durkheim (1999) sobre o trabalho, ou mesmo a posição mais atual de Giddens (2004), faz perceber que as relações de produção – e assim de trabalho – influenciam nos espaços da escola, da religião e mesmo da família (ECKERT, 2012; LEITE LOPES, 1976). Em síntese, as dinâmicas familiares na Amazônia Matogrossense dependeram da organização do trabalho, como no caso das vilas operárias das madeireiras e da distribuição do espaço urbano (GUIMARÃES NETO, 2021 e

---

<sup>6</sup> A crítica à ideia de “pioneirismo” tem ocupado um lugar comum nos estudos acadêmicos. Isso se deve em boa medida pelas posturas críticas dos estudos investigativos que acabam por desconstruir discursos de dominação e hierarquização sociais. Sem esgotar as referências, gostaríamos de fazer referências aos estudos de Almeida (2021), Tomé e Rohden (2017), Marques (2013) e Souza (2008).



LORD, 2015). No processo de centralização do trabalho a Igreja também atuou, reforçando as práticas comunitárias onde eram escolhidos santos patronos do trabalho como tema das festas e nomes das igrejas. O destaque se dá para São José cujo nome foi atribuído às igrejas em todas as cidades criadas pelo processo de colonização. No período analisado por este artigo a Igreja Católica atuou na região por meio das pastorais e frentes missionárias, se constituindo no principal ator religioso regional como mostrou Rosa (2003).

Na colonização da região as escolas desenvolveram papel estratégico para além da formação ideológica, extrapolando as interações entre quem ensina e quem aprende, corroborando teorias das Ciências Humanas. Nas recentes áreas urbanas, vilas operárias e zonas rurais as escolas disponibilizavam seus espaços físicos para que os indivíduos realizarem seus encontros diversos (confraternizações, jogos, reuniões de moradores, assembleias e debates), e os professores desempenhavam papéis ativos na organização desses encontros como mostrou Tomé (2014). Nos espaços físicos de salas de aulas, cozinha e varandas das escolas a comunidade se encontrava, desenvolviam festas coletivas normalmente relacionadas à religião e ao mundo do trabalho. E as professoras, que eram recrutadas entre as moradoras com mais anos de escolaridade, constituíam exemplo moral a ser seguido, articulavam os usos dos espaços públicos escolares e não escolares, expandido as edificações escolares e atuavam em cooperação com a Igreja Católica, padres e irmãs, na divulgação daqueles valores que entendiam serem necessários à constituição da sociedade local – cooperação, disciplina, ordenamento, religiosidade, moralismo e tudo mais o que fosse entendido e estabelecido pela sociedade emergente como necessário ao cumprimento dos papéis sociais pelos indivíduos conforme gênero, idade, escolaridade e atividade profissional (TOMÉ, 2014; JOANONI NETO, 2008; ROSA, 2003).

As experiências comuns no trabalho, na religião e na escola constituíram visões de mundo compartilhadas entre os sujeitos naquela região. Os estudos indicam que foram nessas vivências coletivas, e por meio delas, que a ideia de pioneirismo e de vitória dos homens contra a natureza amazônica consolidou-se no imaginário das

gentes<sup>7</sup>. Depois, esses valores foram reforçados por meio de rituais públicos, como as festas da colonização, festas religiosas, festas da colheita etc, como mostraram Marques (2023) e Tomé e Rohden (2017). Festividades e outras práticas de ressignificação dos sentidos das vivências reforçariam aquele imaginário também para as novas gerações e passariam a constituir um lugar comum a partir do qual os sujeitos reinterpretariam o passado, perceberiam o presente e produziram expectativas sobre o futuro (TOMÉ e ROHDEN, 2017; MARQUES, 2013).

Até 1986 os estudos sobre a região não percebem grande estratificação social, sobretudo porque o acesso a produtos e serviços era limitado e, mesmo para quem estivesse capitalizando, não era possível a diferenciação social ou gozar de status elevado tendo como base o modo de vida cotidiana (LORD, 2015). Este aspecto cabe ser destacado porque permite dialogar com o acúmulo de conhecimento dos estudos das Ciências Sociais. Para tal campo do conhecimento a estratificação social, que diferencia as condições de vida dos grupos sociais que compõem uma sociedade, é a partir de onde os sujeitos observam o mundo a sua volta, percebem as ações dos outros e guiam suas próprias ações – muitas vezes em oposição ou disputa pelos recursos produzidos pela sociedade. Noutras palavras, a estratificação é base para a diferenciação ideológica, para a constituição da identidade e assim para organização política em prol de demandas do grupo social em face da sociedade. E considerando as características da sociedade em formação entre 1972 e 1986 na região, a inexistência das condições materiais para a diferenciação social acabou por retardar os enfrentamentos entre os atores locais que só iriam ocorrer na década seguinte com os movimentos por terra do final dos anos de 1990. Até 1986 não foram registrados nos estudos sobre a região a existência de disputas entre os sujeitos que compuseram o processo de colonização na Amazônia Mato-grossense<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> O termo “gentes” foi difundido durante a colonização, constituindo verdadeiro lema da criação das cidades. Em especial na cidade de Sinop os governos municipais utilizavam a propaganda “Terra de toda gente” (TOMÉ e ROHDEN, 2017).

<sup>8</sup> A bibliografia estudada relata o confronto com seringueiros e até mesmo com garimpeiros anteriores a 1985, mas são casos sem repercussão para o imaginário coletivo ou sobre as narrativas da colonização “pioneira” na região. Neste sentido uma referência é o estudo de Almeida (2021).

## Considerações finais

Questões sobre como e de que modo a sociedade se compõe, se configura e se transforma seguem atuais nos estudos das Ciências Humanas. Sua relevância é ainda maior quando se trata de sociedades periféricas, uma vez que as teorias sociais se originaram de estudos sobre regiões centrais do globo. No estudo aqui apresentado, a partir da revisão de publicações de base empírica e documental, tomou-se como objeto a sociedade em formação na Amazônia Mato-grossense durante o período da colonização entre os anos de 1972 e 1986. Partindo de referenciais teóricos e conceituais da Sociologia, o centro das análises apresentadas neste artigo foi a relação entre trabalho e sociedade.

No contexto analisado neste artigo o trabalho e as relações que ele produz constituíram as bases da formação da sociedade nos núcleos da colonização. A conclusão do estudo é de que com o trabalho e pelo trabalho os indivíduos experienciaram a migração, as situações de subsistência, as interações com os outros e com a natureza da Mata Amazônica. Um ponto que sustenta essa conclusão é a dinâmica social do período e a persistência na memória coletiva acerca dos personagens da colonização. A depender do trabalho desempenhado pelos indivíduos no processo de colonização, esses passaram a compor as narrativas de pioneirismo ou foram silenciados na memória coletiva. Essa diferença foi registrada acerca dos dois primeiros grupos envolvidos na colonização, como os estudos elencados neste artigo mostraram.

As conclusões deste artigo podem corroborar as teorias sociais sobre as relações entre trabalho e configuração da sociedade. Mas alguns pontos merecem destaque pois tratam dos aspectos cotidianos das relações sociais oriundas do trabalho, permitindo transitar da teoria generalizadora para a observação e compreensão das dinâmicas próprias ao local investigado. Neste sentido estão as rodas de conversas, a socialização de memórias e das experiências de vida que os indivíduos tiveram antes da migração para as colônias. Locais, espaços, atores e as compreensões do indivíduo variaram a depender do grupo social, pois variaram também os papéis desses pelo trabalho que desempenham na colonização. Pensar essas dinâmicas como algo possível somente naquelas condições de trabalho, e que

noutro lugar se dariam de modo diferente, leva a considerar que o trabalho tem singularidades – e assim pode-se falar de trabalhos no plural. Então, se há na teoria social uma concepção de mundo do trabalho, deve haver também espaço para que se analise os cenários e experiências que são únicas às interações sociais que fazem emergir sociedades diversas, modos de interação singulares, imaginários e configurações que fazem de uma sociedade periférica algo estranho ao olhar dos estudos da Sociologia de países centrais. Considerar os aspectos trazidos neste artigo acaba por distanciá-lo da Sociologia ocidental e o aproxima da Sociologia latino-americana que propõe um olhar do periférico sobre o global.

## Referências

ALMEIDA, Luciana Schleder. Significados locais da colonização interna no norte mato-grossense. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. 23, p.e202101, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202101>

BOSCHI, Renato. A abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977 – 1982. **Revista DADOS**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1. p. 5-24. 1986. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17Z63-3yFG82CET-BJclfXbONKzFTwaBX/edit>

CASTRO, Sueli Pereira et al. **A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 20(59), p.111–131, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300008>

CUNHA, José Marcos Pinto da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do centro-oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 23, n.1, p. 87-107, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/PSp4DcbZ9mXpnFpZVgQzP6F/>

DURHAM, Eunice. **A dinâmica da cultura: ensaios de Antropologia**. São Paulo: CosacNaif, 2004.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUTRA, Roberto. Por uma Sociologia Sistêmica Pós-Colonial da América Latina. **Revista Dados** [online]. vol.64, no.01, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.1.229>

ECKERT, Cornélia. **Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)**. Curitiba: Appris, 2012.

FEDOZZI, Luciano. **O poder da aldeia**: gênese e história do orçamento participativo em Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

GARCIA, Pedro Maciel de Paula e BONFIM, Carolina Santos. A mineração e os limites geográficos na colonização de Cuiabá e Mato Grosso. **Revista Terra e Didática**, v.18, p. 1-16, e022029, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/td.v18i00.8670731>

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**: política de colonização do Brasil contemporâneo. Recife: Editora da UFPE, 2021.

JOANONI NETO, Vitale. A terra do sonho: Igreja e ocupação no Mato Grosso após 1970. **Revista Brasileira de História das Religiões**, n.1, vol.1, p.213-221, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v1i1.26638>

LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LORD, Lucio. A formação da sociedade no norte do estado do Mato Grosso: diálogos entre Economia, Direito e Sociologia. In: DIAS, Marieta Prata de Lima et al (org). **Amazônia**: visão caleidoscópica. Recife: Pipa Comunicação, 2015.

LORD, Lucio. Trabalho, educação e cultura: considerações sobre o terceiro movimento de ocupação da Amazônia Mato-grossense e formação da sociedade local. **Educação, Cultura e Sociedade**, v. 1, p. 175-187, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/7840/4980>

MARQUES, Ana Cláudia. Pioneiros de Mato Grosso e Pernambuco: novos e velhos capítulos da colonização no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2013Oct; 28(83), p.85–103, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000300006>

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho". Vol I, A Crise. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1989

OLIVER COSTILLA, Lucio. O novo na sociologia latino-americana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n.14, p. 244-273, jul.-dez, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BnLFFKfmG8w6pC3jktK3dzFb/?format=pdf>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica matogrossense**: grilagem, corrupção e violência. Tese de livre-docência. São Paulo, USP, 1997. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000928587>

PASUCH, Jaqueline. **Entrelaçamento de vozes num mundo analfabetizado: o contexto da Amazônia**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2000. Dissertação de Mestrado em Educação.

ROHDEN, Josiane Brolo. Plantar sonhos no chão, colher esperanças de um futuro promissor: a saga dos migrantes no processo de colonização e da educação de Sinop (MT) (1973-1979). In: DIAS, Marieta Prata de Lima et al (org). **Amazônia: visão caleidoscópica**. Recife: Pipa Comunicação, 2015.

ROSA, Rosane Duarte. A função da escola-igreja no processo de colonização de Alta Floresta - Mato Grosso. **Revista Educar em Revista**. Curitiba, n.21, p.01-18, 2003. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602003000100016&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602003000100016&lng=pt&nrm=iso)

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SOUZA, Edison Antônio de. **O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso**. Niterói: UFF, 2008. Tese de Doutorado em História.

SOUZA, Hebert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SUNKEL, Osvaldo. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TOMÉ, Cristinne Léus; ROHDEN, Josiane Brolo. O discurso do progresso e a educação na história de Sinop - Mato Grosso: "Como é bom alargar fronteiras de nossa pátria!". **Revista História da Educação**, Vol.21, n.52, p.312–334, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/67292>

TOMÉ, Cristinne Léus. Profissionais da educação na cidade de Cláudia-Mato Grosso: a carreira de professor começou? **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 14, p. 76-91, 2014. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol14iss1articles/tome.pdf>

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo: Unicamp, 1989.

VARES, Sidnei Ferreira de. A sociologia durkheimiana e a tradição conservadora: elementos para uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Ciência Política**. N.20, p.79-120, maio a agosto de 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220162003>

VITA, Álvaro de. **Sociologia da sociedade brasileira**. São Paulo: Ática, 1989.



*Recebido em 23/06/2023*

*Versão corrigida recebida em 30/07/2023*

*Aceito em 01/08/2023*

*Publicado online em 16/08/2023*